

# Votação de crédito para a União é adiada

BRASÍLIA - O governo pediu a aprovação de deputados e senadores para um crédito "jumbo" de Cr\$ 302,1 bilhões não previsto pelo orçamento da União. Desconfiado com o destino dos recursos que seriam obtidos em grande parte com a emissão de títulos da dívida pública, o relator do projeto, deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), conseguiu convencer o presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), a impedir a votação em regime de extrema urgência nesta terça-feira.

A mensagem assinada no último dia 27 pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, informa que o dinheiro será repassado ao Banco do Brasil. "O montante das indenizações e dos ressarcimentos a que se refere a lei destinam-se ao financiamento das atividades rurais e agroindustriais", diz a mensagem. O relator suspeita, porém, que os recursos sirvam para a rolagem da dívida dos usineiros junto ao Banco. "Está cheirando mal", disse o deputado. "Acho que a agricultura está sendo usada como porta-estandarte, mas não é para ela que vai o dinheiro".

Do total do crédito solicitado, Cr\$ 205,5 bilhões seriam obtidos com a emissão de títulos públicos, o que está proibido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A única hipótese em que é autorizado o aumento do endividamento público é a rolagem da dívida. O governo reconhece a contradição e inclui no projeto um artigo que modifica a LDO "para dar amparo legal à emissão de títulos".

Assim que recebeu o projeto para relatar, José Geraldo Ribeiro mandou um telex pedindo explicações ao presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho. Foi informado de que o Tesouro Nacional não havia transferido ao Banco os recursos já alocados no orçamento, de cerca de US\$ 1 bilhão. O deputado adiantou que apenas uma parte do crédito, equivalente a Cr\$ 79 bilhões, é considerada pacífica. São recursos para cobrir a diferença entre a correção monetária paga nos empréstimos rurais e a remuneração paga pelo Banco do